



25 DE MARÇO DE 2015

Quarta-feira

- FICAREMOS MENOS COMPETITIVOS
- BC ANUNCIA QUE NÃO RENOVARÁ PROGRAMA DE OFERTA DIÁRIA DE SWAPS CAMBIAIS QUE VENCE DIA 31
- CONFIANÇA EMPRESARIAL ALEMÃ ATINGE MÁXIMA DE 8 MESES EM MARÇO
- BORGHETTI APOSTA EM BONS NEGÓCIOS PARA 2015
- FORD INAUGURA SEXTA FÁBRICA DE JOINT VENTURE NA CHINA
- BASF: FÁBRICA DE CATALISADORES CHEGA AOS 15 ANOS
- FORD DESENVOLVE LIMITADOR INTELIGENTE DE VELOCIDADE
- METALÚRGICOS DA CHERY PARALISAM FÁBRICA DE JACAREÍ
- CONCESSIONÁRIAS DE SP DEIXAM DE PAGAR R\$ 100 MILHÕES EM TRIBUTOS
- VENDAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CAEM 16,4% NO BRASIL EM FEVEREIRO, DIZ ABRAMAT
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR CAI 2,9% EM MARÇO E VOLTA A BATER MÍNIMA HISTÓRICA
- AÇÕES TÊM LEVE ALTA APÓS QUEDA EM WALL ST, MAS XANGAI RECUA
- ESPECIALISTAS DIVERGEM QUANTO À APROVAÇÃO DE PROJETO QUE REDUZ DÍVIDAS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS
- BRASIL PERDE PARTICIPAÇÃO EM 4 DOS 5 MAIORES DESTINOS DE EXPORTAÇÃO
- EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CAI PELO QUINTO MÊS
- QUEDA DO ETANOL NA USINA NÃO CHEGA AO POSTO
- CRISE É OPORTUNIDADE PARA O EMPREENDEDOR DE ALTO IMPACTO
- DILMA ASSINA MP QUE PRORROGA CORREÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO ATÉ 2019
- SENADO APROVA BENEFÍCIO PARA PEQUENAS EMPRESAS NA SUBSTITUIÇÃO

TRIBUTÁRIA

- COM MANOBRA CONTÁBIL, CONCESSIONÁRIAS DEIXAM DE PAGAR R\$ 100 MILHÕES EM TRIBUTOS
- RECEITA ABRE NESTA QUARTA A CONSULTA AO LOTE DE RESTITUIÇÃO MULTIEXERCÍCIO
- BC ANUNCIA QUE NÃO RENOVARÁ PROGRAMA DE OFERTA DIÁRIA DE SWAPS CAMBIAIS QUE VENCE DIA 31
- KRAFT ANUNCIA FUSÃO COM HEINZ, CONTROLADA POR FUNDO BRASILEIRO 3G
- PARLAMENTARES DISCUTEM COM LEVY INDEXADOR DA DÍVIDA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
- SIDERÚRGICA LATINO-AMERICANA É APRESENTADA A ASEOPP
- AUMENTA UTILIZAÇÃO DE TUBOS DE AÇO EM OLEODUTOS E GASODUTOS
- FRAUDE NA CSN CHEGA A R\$ 3 MILHÕES
- CADE ESTUDA PERMITIR VOTO DA CSN EM ELEIÇÃO DA USIMINAS
- MINÉRIO DE FERRO CAIRÁ PARA MENOS DE US\$ 50 POR TONELADA, DIZ CITIGROUP
- MINERAÇÃO USIMINAS QUER CANCELAR CONTRATO COM MMX
- FIESP REVISAR PROJECÇÃO DO PIB EM 2015 DE 0,5% PARA -1,7%
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CONTINUA A DIMINUIR EM MARÇO
- SETORES MENOS PRODUTIVOS SEGURAM PIB
- INVESTIMENTO DE EMPRESAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR CRESCE 1º BIMESTRE
- VENDA FRACA AMPLIA CRISE ENTRE PEQUENOS E MÉDIOS FABRICANTES
- INDÚSTRIA CHINESA TEM PIOR DESEMPENHO EM 11 MESES

CÂMBIO		
Em 23/03/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,161	3,161
Euro	3,472	3,473

Fonte: BACEN

Ficaremos menos competitivos

25/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A CNI entende a necessidade de ajustar contas públicas, mas não em prejuízo da atividade econômica e aumentando o custo Brasil. A situação econômica do Brasil demanda ação imediata.

O país enfrenta sérios desafios, entre os quais melhorar as condições das indústrias de concorrerem nos mercados externo e interno, equilibrar as contas públicas e controlar a inflação. É possível avançar nesses objetivos, que não são contraditórios.

Infelizmente, demos alguns passos para trás. As medidas do governo buscam promover o ajuste fiscal em detrimento da competitividade. O aumento dos custos prejudicará tanto a produção como o emprego e a renda dos trabalhadores.

A elevação em 150% da alíquota da contribuição patronal para a Previdência Social, estabelecida pela medida provisória nº 669 e, depois de sua devolução pelo Congresso, reenviada em projeto de lei, vai incrementar custos industriais de maneira significativa. Adicionem-se a isso as recentes altas nas tarifas de energia e de transportes e os juros.

Em um cenário no qual a indústria não cresce desde 2010 e a confiança do empresário está no nível mais baixo já registrado, a elevação dos custos reduzirá ainda mais a produção e o investimento. A desoneração da folha, na prática eliminada no projeto, foi importante para a manutenção do emprego.

A afirmação de que ela não resultou no esperado aumento no número de vagas desconsidera o que vem ocorrendo com a indústria. Entre 2011 e 2014, a produção caiu 3,9%. Ainda assim, o nível de emprego se manteve e o salário real médio do trabalhador do setor cresceu 8,7%.

Já a proposta de redução na alíquota do Reintegra de 3% para 1%, instituída pelo decreto nº 8.415, afeta diretamente as exportações de produtos industrializados. Com a queda na demanda doméstica, vendas externas precisam de incentivo para evitar uma crise mais aguda.

Não aceitamos a justificativa de que o Reintegra, que devolve parte dos impostos incidentes nas exportações, provoque uma renúncia fiscal indesejável no momento. O programa foi criado justamente para compensar a falta de desoneração completa das vendas externas.

O Brasil é um dos poucos países que embute tributos nos produtos destinados ao mercado externo. Retroceder numa iniciativa que amenizou esse problema, num ambiente de baixo crescimento mundial e pouca competitividade nacional, vai acelerar a perda de espaço no comércio global.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) defende uma reforma tributária que elimine a cumulatividade do sistema atual. Apoiamos a criação de imposto de valor adicionado, com sistema de crédito e débito financeiro, que permita desoneração integral de exportações.

No entanto, enquanto esse modelo não for implantado, precisamos manter o Reintegra para minimizar efeitos negativos do sistema tributário sobre a competitividade. Está claro que a desvalorização do real é insuficiente para recompor a competitividade. Taxa de câmbio importa, mas não é tudo. Nossas dificuldades estão principalmente nos elevados custos e no baixo nível de investimentos.

Entendemos a necessidade de ajustar contas públicas, mas não em prejuízo da atividade econômica. Não é recomendável aumentar o custo Brasil e desestimular investimentos. Se o Congresso aprovar o projeto de lei e o decreto for implementado pelo governo, ficaremos ainda menos competitivos.

ROBSON BRAGA DE ANDRADE, 66, empresário, é presidente da CNI - Confederação Nacional da Indústria

BC anuncia que não renovará programa de oferta diária de swaps cambiais que vence dia 31

25/03/2015 - Fonte: Reuters

O Banco Central anunciou na noite desta terça-feira que não renovará o programa de oferta diária de swaps cambiais, que vence no dia 31 de março, mas se comprometeu a renovar integralmente os contratos que vencem a partir de 1º de maio.

"Os swaps cambiais vincendos a partir de 1º de maio de 2015 serão renovados integralmente, levando em consideração a demanda pelo instrumento e as condições de mercado", disse a autoridade monetária em comunicado.

Os leilões de venda de dólares com compromisso de recompra, segundo o BC, continuarão a ser realizados em função das condições de liquidez do mercado de câmbio.

O programa de leilões de swap cambial, que equivale à venda futuro de dólares, e de venda de dólares com compromisso de recompra foi lançado em agosto de 2013, com o objetivo de fornecer "hedge" ao mercado e evitar maiores pressões sobre o câmbio.

No início, a oferta diária era de 10 mil contratos de swaps cambiais e leilões semanais de venda de dólares com compromisso de recompra, os chamados leilões de linha.

No ano passado, contudo, o BC reduziu a oferta diária para 4 mil contratos de swaps, ou o equivalente a 200 milhões de dólares, e acabou com os leilões de linha regulares.

No fim de dezembro, o BC anunciou que o programa seria estendido até pelo menos 31 de março deste ano, mas reduziu as ofertas diárias para até 2 mil contratos, equivalentes a 100 milhões de dólares.

Confiança empresarial alemã atinge máxima de 8 meses em março

25/03/2015 - Fonte: Reuters

A confiança empresarial alemã subiu pelo quinto mês seguido em março, atingindo o nível mais alto desde julho de 2014, mostrou nesta quarta-feira a pesquisa do instituto Ifo, em um sinal de pleno vapor na maior economia da Europa no primeiro trimestre de 2015.

O índice de clima de negócios do Ifo, com base em uma pesquisa mensal junto a cerca de 7 mil empresas, subiu para 107,9 em março ante 106,8 em fevereiro. O resultado superou a expectativa de pesquisa da Reuters, de 107,3.

Em outro sinal positivo para a zona do euro, a confiança empresarial da França também está em trajetória de alta. As empresas da segunda maior economia da zona do euro mostraram o maior nível de otimismo em quase três anos em março, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira.

A pesquisa do Ifo mostrou que as empresas alemãs se sentiram mais otimistas sobre a atual situação do que em fevereiro e também mais otimistas sobre suas perspectivas para os próximos seis meses.

"Forte crescimento no quarto trimestre de 2014, combinado com preços baixos de energia e a fraca taxa cambial do euro aumentaram a confiança na economia", disse o economista do ING Carsten Brzeski.

Borghetti aposta em bons negócios para 2015

25/03/2015 - Fonte: Automotive Business



Gerson Ribeiro, gerente comercial e de marketing da Borghetti Turbos, empresa de capital nacional de São Marcos (RS) especializada no desenvolvimento e produção de turbos e também conhecida pelo nome de seus produtos (Master Power), não compartilha do pessimismo de grande parte das empresas de autopeças que atuam no País.

Com um portfólio voltado em 95% para o segmento de aftermarket, ele tem a expectativa de repetir em 2015 o volume de vendas obtido em 2014, da ordem de 10 mil a 12 mil equipamentos por mês, o que garante uma participação expressiva no setor, que tem a presença de BorgWarner, Garrett, Mahle e Holset, entre outros concorrentes.

"Haverá algum sacrifício da rentabilidade", reconhece Ribeiro, lembrando no entanto que as exportações estão sendo favorecidas pela desvalorização do real. As vendas ao exterior representam 35% da produção da Master Power, que atende clientes em mais de cinquenta países.

Ele explica que um turbo para aplicação em motores diesel tem vida útil de dois anos e meio, o que torna bastante atraente o segmento de reposição. "O ciclo de trabalho dos motores diesel atuais exige muito dos componentes, com giro elevado das turbinas e altas pressões, levando a um desgaste expressivo". Já no caso do ciclo Otto os turbos chegam a durar o dobro.

A Borghetti, que investe bastante em tecnologia de produto e desenvolvimento, a ponto de ser comparada a suas concorrentes internacionais, fabrica integralmente os turbos, a partir da fundição. Os rotores podem ser de inonel (estes na chamada parte quente do turbo) e em alumínio fundido ou fresado, ou titânio também fresado (na parte fria do turbo). "Estamos fornecendo turbos para atender a legislação Euro 5 aqui e em outros países", observa Ribeiro.

Além de estar se preparando para atender também o segmento OEM de turbos diesel, a empresa está de olho nas oportunidades que surgirão com o desenvolvimento de motores turbinados do ciclo Otto, especialmente com os projetos de downsizing que levam à utilização de turbinas para garantir melhor eficiência aos propulsores. Nesse campo, a Borghetti já possui experiência, advinda do suprimento de turbos para competições.

Ford inaugura sexta fábrica de joint venture na China

25/03/2015 - Fonte: Automotive Business

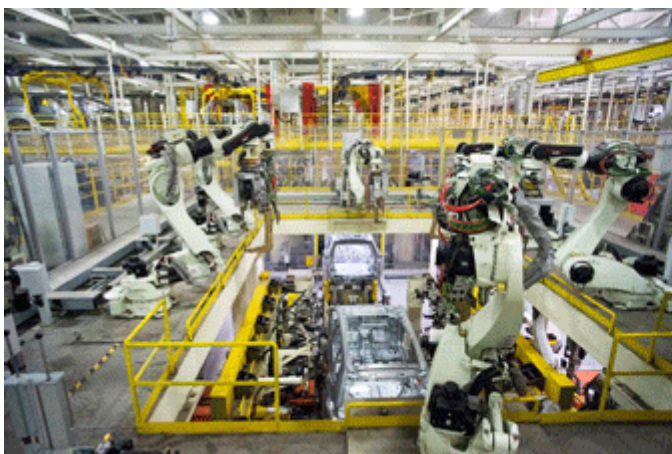


A Ford inaugura mais uma fábrica na China, na cidade de Hangzhou, como parte do seu plano de expansão no país. A unidade, que é a sexta da joint venture da Changan Ford (CAF), tem capacidade para produzir 250 mil veículos por ano, e que segundo a montadora, é capaz de produzir até seis modelos diferentes a um ritmo de um veículo a cada 72 segundos.

A unidade apoiará o plano da montadora de lançar 15 novos modelos em 2015 com especificações apropriadas para o mercado local e aumenta a capacidade total da joint venture para 1,4 milhão de unidades por ano.

“Esta fábrica de classe mundial nos ajudará a acelerar a entrega de produtos inovadores e de alta qualidade para nossos clientes na China. O primeiro veículo a ser produzido na unidade é o Ford Edge, já apresentado no Salão de Guangzhou em 2014, com três fileiras de bancos, mostrando o compromisso da Ford com a produção de veículos de qualidade, seguros, eficientes em termos de combustível e inteligentes”, disse Mark Fields, presidente mundial da Ford.

Apoiada na China, o maior mercado de veículos do mundo, a Ford planeja aumentar suas vendas globais em 45% a 55%, com expectativa de chegar a 9,4 milhões de unidades vendidas em todo o mundo até 2020.



Basf: fábrica de catalisadores chega aos 15 anos

25/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A Basf comemora os 15 anos e sua fábrica de catalisadores em Indaiatuba, no interior de São Paulo. A unidade começou com duas linhas de produção e tem cinco atualmente. O número de trabalhadores passou de 20 para 100. Do ano 2000 para cá foram produzidos 14 milhões de catalisadores.

A planta teve uma importante ampliação em 2008 na seção para veículos a gasolina e flex. Outra ocorreu em 2010, quando surgiu uma nova área para componentes da linha diesel.

Como ocorre com o segmento automotivo, a unidade vive o período de retração: "Estamos usando cerca de 60% de nossa capacidade produtiva", afirma o vice-presidente sênior para a América do Sul, Antônio Lacerda.

A unidade de Indaiatuba sente a queda no mercado e também da Argentina, para onde exporta: "A produção do país vizinho caiu 24% em 2014 e outros 21% no primeiro bimestre", recorda Lacerda.

A fábrica também fornece uma pequena parte dos catalisadores para moto utilizados em Manaus: "Produzimos os componentes para as Honda CB 300R, XRE 300 e NX4 Falcon, motos intermediárias", cita o gerente de desenvolvimento técnico Vladimir Ferrari. De 2013 para 2014, a produção da CB 300R recuou 17,2% e a da XRE 300 caiu 10%. A da NX4 se manteve estável.

Sobre o setor automotivo, Lacerda diz: "Estamos trabalhando com a premissa de que o mercado voltará a crescer. Pode levar 12, 18 ou 24 meses, mas o crescimento da produção será retomado." A direção da Basf discute a modernização da área onde são fabricados os catalisadores para veículos a gasolina e flex, na qual há dois equipamentos mais antigos.

"Há um upgrade contínuo. A intenção é fazer algo maior, ampliar a fábrica", afirma o diretor de catalisadores da Basf para a América do Sul, Jeffrey DeAlmeida. Contudo, o prazo e custo dessas mudanças ainda não são informados. A Basf chegou até mesmo a iniciar o projeto de uma fábrica de conversores catalíticos para motos em Manaus, mas a retração que afeta o setor de duas rodas seguidamente desde 2012 impediu seu avanço.

Ford desenvolve limitador inteligente de velocidade

25/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A **Ford** lança na Europa o novo S-MAX equipado com **limitador inteligente de velocidade**. A tecnologia promete tornar a direção segura e evitar multas, já que o condutor nem sempre percebe que está rodando mais rápido do que o limite permitido em algumas vias.

Por meio de uma câmera dianteira, o sistema reconhece sinais de trânsito e ajusta automaticamente a velocidade máxima. O plano da companhia é oferecer o dispositivo em outros modelos globalmente no futuro.

A tecnologia é mais um recurso de assistência à direção, que vêm ganhando espaço na indústria automotiva nos últimos anos. A Ford destaca já ter lançado sistemas que

ajudam o motorista a estacionar, que mantêm o veículo dentro da faixa de rodagem e ainda que evitam acidentes quando o carro roda mais lentamente.

Segundo a montadora, o limitador inteligente de velocidade é o primeiro dispositivo a combinar as tecnologias do limitador ajustável de velocidade e do reconhecimento de sinais, já oferecidos no Focus, Mondeo e Kuga vendidos na Europa.

A novidade atua entre 30 km/h e 200 km/h. Quando necessário, o sistema desacelera de forma suave, com redução da alimentação de combustível para o motor no lugar de acionamento dos freios.

Se o carro superar a velocidade permitida em uma ladeira, por exemplo, o dispositivo dispara um alerta sonoro. A tecnologia também está integrada ao sistema de navegação de bordo, o que ajuda a manter o limite de velocidade em vias sem tantas placas de sinalização.

Metalúrgicos da Chery paralisam fábrica de Jacareí

25/03/2015 - Fonte: Automotive Business

Os trabalhadores da Chery paralisaram a linha de montagem da fábrica de Jacareí (SP) na manhã de terça-feira, 24, pelo período de duas horas e meia como meio de reivindicar que a empresa assine a convenção coletiva da categoria.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, os salários dos funcionários estão abaixo dos praticados pelas montadoras da região. A unidade monta o Celer nas versões hatch e sedã e deve fabricar o novo QQ ainda neste semestre.

Ainda de acordo com o sindicato, no último dia 6, os metalúrgicos da Acteco, fábrica de motores da Chery, realizaram uma paralisação de 24 horas para reivindicar a assinatura da convenção coletiva.

Assim como o sindicato, a Chery confirmou a reunião entre seus representantes marcada para quarta-feira, 25, pela manhã, a fim de chegar a uma definição nas negociações.

Em comunicado, o sindicato informa que reivindicará outras mudanças relacionadas às condições de trabalho dentro da unidade: "As atividades de funilaria são feitas de forma braçal, sem equipamentos adequados, desrespeitando as normas de segurança; além de denúncias de péssima qualidade na alimentação", diz a nota.

O sindicato acrescentou que condena a terceirização do setor de manuseio, argumentando que a medida infringe a própria CLT, que veta a terceirização nas 'atividades-fim' dentro de uma companhia.

"A Chery está pensando que o Brasil é a China. A montadora já está em pleno funcionamento, faturando alto no País e recebendo diversos tipos de incentivos fiscais dos governos, portanto não existem motivos para continuar com salários e direitos inferiores aos que são praticados na categoria. Ou a empresa muda sua postura, ou haverá greve", afirma o presidente do sindicato, Antônio Ferreira de Barros, apelidado de Macapá.

Por sua vez, a Chery, também por meio de comunicado, reforça sua posição de que "segue rigorosamente a legislação brasileira desde o início de suas atividades no País, ainda como importadora, desde 2009". A empresa informa que para apoiar as operações da fábrica de Jacareí, iniciadas em agosto do ano passado, formou uma equipe de

profissionais de saúde e segurança do trabalho para assegurar as condições e ambiente adequados de trabalho, de acordo com as exigências legais.

“A Chery reafirma seu compromisso de continuar contribuindo com o desenvolvimento da região do Vale do Paraíba, com a criação de mais 120 vagas de emprego no segundo semestre de 2015, além dos mais de 500 funcionários que fazem parte do quadro da montadora”, diz Luiz Curi, vice presidente da Chery Brasil.

A nota acrescenta que devido ao atual cenário econômico e de retração do mercado, a Chery está revisando para baixo sua expectativa de produção, de 30 mil para 25 mil veículos neste ano.

Finalizados os testes de fábrica, a produção comercial do Celer, modelo que está sendo montado em Jacareí nas versões hatch e sedã, começou no início do mês passado, no dia 6. O primeiro lote do Celer nacional deve chegar à rede de concessionárias em 6 de abril.

Concessionárias de SP deixam de pagar R\$ 100 milhões em tributos

25/03/2015 - Fonte: Automotive Business

Uma operação da Receita Federal descobriu que 14 concessionárias de veículos do estado de São Paulo deixaram de pagar R\$ 100 milhões em tributos em um ano. As empresas não recolheram os valores referentes ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre bonificações pagas pelas montadoras.

Os valores são repassados às revendedoras pelas fabricantes como forma de subsidiar as atividades das lojas. “São concessionárias vinculadas a determinadas marcas de automóveis. Não são lojas multimarcas ou revenda de carros usados”, explicou o auditor fiscal Fernando Poli, que participou da Operação Carro Zero, que descobriu as manobras contábeis. As empresas estão sendo investigadas por planejamento tributário abusivo.

A partir da fiscalização da contabilidade de uma das concessionárias, os fiscais descobriram que os valores não eram declarados como receita, mas como reduções de custo. Com a manobra, as empresas deixavam de recolher os tributos que, somados, representam alíquota de 10,85% sobre o montante.

“Nós decidimos baixar a contabilidade das maiores empresas do ramo de todo o estado de São Paulo. Com isso, conseguimos observar que mais ou menos 70% do setor praticam isso”, disse Poli.

Ao todo, as montadoras repassaram aproximadamente R\$ 1 bilhão às concessionárias dessa forma. “Estamos falando das maiores concessionárias do Brasil. São concessionárias que têm faturamento acima de R\$ 800 milhões por ano”, ressaltou o auditor. A maioria das lojas (11) fica na capital paulista e três, no interior, nos municípios de Sorocaba, Piracicaba e Ribeirão Preto.

As empresas autuadas terão agora de pagar os tributos sonegados, corrigidos pela taxa Selic, mais multa de pelo menos 75% dos valores devidos. Caso seja identificada alguma fraude na contabilidade ou nas declarações, a sanção pode chegar a 150%.

Vendas de materiais de construção caem 16,4% no Brasil em fevereiro, diz Abramat

25/03/2015 - Fonte: Reuters

Em relação a janeiro, o recuo foi de 6,4 por cento, e no acumulado dos dois primeiros meses do ano, as vendas diminuíram 13,9 por cento na comparação anual.

O resultado no primeiro bimestre ficou muito aquém do esperado pela associação. Além do menor número de dias úteis em fevereiro, o baixo nível de confiança do consumidor, o menor número de lançamentos no mercado imobiliário residencial e comercial e a estagnação do setor de infraestrutura pressionaram os resultados, de acordo com o presidente da Abramat, Walter Cover.

A Abramat prevê avanço de 1 por cento nas vendas em 2015 frente ao ano passado, mas este percentual está sujeito a uma reavaliação a partir dos resultados de março do setor. Entre os fatores que podem beneficiar o segmento, estão a esperada definição da terceira fase do programa habitacional federal Minha Casa Minha Vida.

O programa usa cerca de 7 por cento do material de construção vendido no Brasil e este número pode "chegar facilmente a 10 por cento", segundo o presidente da entidade.

Cover acrescentou, ainda, que a evolução do dólar pode impulsionar as exportações do setor, que somente em janeiro já cresceram 26 por cento. Também pode ocorrer uma substituição de importações, que hoje chegam a 12 bilhões de reais no setor, cerca de 6 por cento do total utilizado no país.

"Nossos empresários estão achando que março está um pouco melhor do que fevereiro. Não quer dizer que vai recuperar o acumulado de queda de 13,9 por cento no ano", disse Cover.

O nível de emprego na indústria de materiais de construção, em fevereiro apresentou queda de 10,2 por cento ano a ano. Na comparação com o mês de janeiro apresentou ligeiro crescimento, de 0,3 por cento.

"Se a gente mantiver esta premissa de recuperação, a indústria para de demitir", disse Cover.

Em fevereiro, os resultados das vendas da indústria de materiais básicos ficaram abaixo dos resultados das vendas de insumos de acabamento em todos os indicadores, inclusive com queda mais acentuada do nível de emprego.

O faturamento da indústria de materiais básicos caiu 17,6 por cento em fevereiro na comparação anual e 7,6 por cento mês a mês. No acumulado do primeiro bimestre, o recuo chega a 15,8 por cento.

O nível de emprego do segmento caiu 13,6 por cento na comparação com fevereiro do ano passado, mas em relação a janeiro ficou praticamente estável, com queda de 0,1 por cento.

No segmento de materiais de acabamento, as vendas caíram 13,6 por cento na comparação anual e 3,3 por cento na mensal. O recuo nos dois primeiros meses do ano chegou a 10,7 por cento. Já o nível de emprego caiu 4,7 por cento no mês passado sobre 2014, mas cresceu 0,9 por cento sobre janeiro.

Confiança do consumidor cai 2,9% em março e volta a bater mínima histórica

25/03/2015 - Fonte: Reuters

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) voltou a bater a mínima histórica em março pelo terceiro mês seguido ao recuar 2,9 por cento sobre o mês anterior, para 82,9 pontos. Em fevereiro, o ICC tinha caído 4,9 por cento, chegando a 85,4 pontos, de acordo com os dados da Fundação Getulio Vargas.

A FGV informou nesta quarta-feira que o Índice da Situação Atual (ISA) recuou 5,6 por cento em março, para 77,7 pontos. Já o Índice de Expectativas caiu 1,4 por cento, a 85,8 pontos. Ambos os índices estão nos menores níveis históricos.

A proporção de consumidores que avalia a situação da economia como boa caiu de 5,8 por cento em fevereiro para 4,5 por cento em março, enquanto a parcela dos que a consideram ruim aumentou de 71,6 por cento para 77,6 por cento.

"O ICC aprofunda a queda, afastando-se ainda mais dos níveis mínimos anteriores, registrados durante a crise financeira internacional de 2008-2009. Aos fatores econômicos, como inflação e mercado de trabalho, soma-se a preocupação do consumidor brasileiro com a turbulência do ambiente político e com os riscos de abastecimento de água e energia", disse o superintendente para ciclos econômicos da FGV/IBRE Aloisio Campelo.

Ações têm leve alta após queda em Wall St, mas Xangai recua

25/03/2015 - Fonte: Reuters

As ações asiáticas fecharam em leve alta nesta quarta-feira após quedas em Wall Street na véspera, mas os índices em Xangai recuaram por realização de lucro após consecutivas altas.

Às 7h33 (horário de Brasília), o índice MSCI que reúne ações da região Ásia-Pacífico com exceção do Japão tinha oscilação positiva de 0,03 por cento, na sequência de uma pequena alta na sessão anterior.

O índice Nikkei, que tem alcançado sucessivas máximas de 15 anos, avançou 0,2 por cento.

As ações sul-coreanas e australianas tiveram pouca variação, enquanto o volátil índice de Xangai recuou com investidores realizando lucros após 10 altas diárias consecutivas.

Os índices da China subiram por volta de 55 por cento desde que o banco central do país cortou inesperadamente as taxas de juros em novembro para apoiar a economia em desaceleração. As expectativas de mais afrouxamento têm alimentado o rali.

"O mercado está um pouco maluco agora. Até trabalhadores migrantes estão começando a abrir contas de ações", disse o analista da Northeast Securities Shen Zhengyang. "A volatilidade vai naturalmente aumentar."

- . Em TÓQUIO, o índice Nikkei avançou 0,17 por cento, a 19.746 pontos.
- . Em HONG KONG, o índice HANG SENG subiu 0,53 por cento, a 24.528 pontos.
- . Em XANGAI, o índice SSEC perdeu 0,79 por cento, a 3.662 pontos.
- . Em SEUL, o índice KOSPI teve valorização de 0,07 por cento, a 2.042 pontos.
- . Em TAIWAN, o índice TAIEX registrou baixa de 0,66 por cento, a 9.667 pontos.
- . Em CINGAPURA, o índice STRAITS TIMES valorizou-se 0,17 por cento, a 3.419 pontos.

. Em SYDNEY o índice S&P/ASX 200 avançou 0,07 por cento, a 5.973 pontos.

Especialistas divergem quanto à aprovação de projeto que reduz dívidas de estados e municípios

25/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Especialistas ouvidos pela reportagem divergiram quanto à aprovação pela Câmara do projeto de Lei Complementar que permite a renegociação do índice de correção das dívidas estaduais e municipais com a União, independentemente de regulamentação.

Para o advogado tributarista Guaracy Bastos, a lei é válida a partir do momento em que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A formalização da nova regra com cada município e estado devedor seria um detalhe, uma vez que o novo modelo de correção seria igual para todos.

- A lei está valendo e tem que ser aplicada imediatamente. Senão você não tem garantia jurídica nenhuma, você faz uma modalidade legal hoje, amanhã você faz essa modalidade virar uma outra regra. Como fica o município hoje sem essa previsão orçamentária? - afirmou o advogado.

- Não vejo motivo para fazer aditivos, uma vez que a lei foi promulgada pelo próprio governo federal. A presidente fez valer.

Logo, esses aditivos caem por terra. Entendo eu que essa modalidade é para o governo ganhar mais tempo.

Pesquisador do IBRE/FGV, José Roberto Afonso lembra que outros debates sobre a dívida de estados com a União já foram parar na Justiça.

- É absolutamente natural um governo defender seus interesses na Justiça e essa matéria, da rolagem da dívida, já ensejou várias ações, inclusive no STF. Essa não é a primeira e nem será a última ação.

Por vezes, o Supremo já concedeu liminar a governos estaduais ou municipais autorizando a contratação de empréstimos ou mesmo a revisão do valor da prestação. E tais ações e tais decisões, até aqui, não prejudicaram a saúde das finanças públicas e da economia.

A professora do Coppead/UFRJ Margarida Gutierrez opina que, num momento de ajuste fiscal, o governo federal quer evitar que estados e municípios possam aumentar mais suas dívidas:

- O governo federal quer impedir que estados e municípios contraiam novas dívidas que poderiam contrair a partir do novo contrato. Porque a lei de responsabilidade fiscal estabelece um teto para a dívida de cada estado e município. Então, se a dívida diminui, eles podem fazer mais dívidas.

Para o economista Raul Velloso, o governo quer passar uma mensagem ao mercado nesse momento de ajuste fiscal:

- Não implementar agora a lei mostra um empenho em querer cumprir a meta.

Brasil perde participação em 4 dos 5 maiores destinos de exportação

25/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo Dilma Rousseff aponta a crise global como culpada pelo mau momento da economia e do comércio externo brasileiros, porém os números mostram que a culpa não está só no exterior.

No ano passado, as exportações brasileiras (que acumulam três anos de queda) perderam espaço em 4 de seus 5 principais mercados em relação 2013.

Ou seja, o Brasil vem ficando para trás onde mais interessa. O levantamento considera os dados dos países parceiros, permitindo verificar o desempenho do país ante os rivais internacionais.

No grupo dos cinco maiores mercados, responsável por quase 60% do que o Brasil exportou em 2014, houve perda de participação na União Europeia, na China, na Argentina e no Japão. Somente nos EUA ocorreu aumento da fatia.

Em discurso em rede nacional, no início do mês, Dilma citou a crise global entre os principais motivos para as dificuldades econômicas vividas pelo país, que pode entrar em recessão em 2015.

Os números mostram, no entanto, que outros países têm aproveitado o momento para roubar espaço do Brasil em mercados estratégicos.

FALTA DE ESTRATÉGIA

O caso mais drástico é o da Argentina, onde a fatia brasileira encolheu quatro pontos percentuais no ano passado.

A crise econômica no país vizinho vem forçando-o a reduzir importações. Mas, enquanto as compras de produtos brasileiros tiveram queda de 25% em 2014, as de bens chineses caíram somente 5% e as do bloco Nafta, que reúne Estados Unidos, Canadá e México, subiram 4%.

A China é quem mais avança sobre a histórica vantagem brasileira no mercado argentino –em 2005, os brasileiros chegaram a deter 36% das importações. Além de preço baixo, os chineses vêm oferecendo generosas linhas de crédito ao governo Kirchner.

"Em troca de financiamento, a Argentina concedeu às empresas chinesas acesso ao mercado doméstico e a negócios em áreas estratégicas ligadas à infraestrutura, energia e agropecuária", afirmou Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco em relatório para investidores.

Na União Europeia, cujos 28 países representam o principal mercado brasileiro, as importações ficaram estáveis em 2014 a despeito da crise. As compras de bens brasileiros, porém, caíram 8% até novembro. No mesmo período, China, Turquia, Coreia do Sul e EUA aumentaram as vendas.

O resultado foi uma queda de 0,1 ponto percentual na fatia brasileira. A redução pode parecer pequena, mas no mercado europeu cada ponto percentual significa € 15 bilhões em vendas.

"A Europa é fechada para alguns produtos, onde impõe barreiras técnicas. Ensaia-se há anos um acordo, mas a Argentina não deixa passar e o Brasil não faz pressão. O país se

comprometeu demais com o Mercosul. Abraçou um mercado que afundou", diz Bruno Lavieri, economista da consultoria Tendências.

A queda no preço de produtos básicos prejudicou o desempenho brasileiro na China, maior comprador de soja e minério de ferro do país.

Mas enquanto as vendas brasileiras caíram, as compras chinesas seguiram com leve alta. Com portfólio de produtos mais amplo, Estados Unidos, Rússia e União Europeia aumentaram a participação, por exemplo.

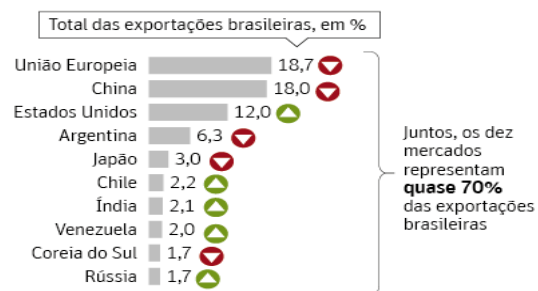
A indústria brasileira vem sofrendo com a queda de competitividade, diante de altos custos de fabricação. Em 2014, as vendas de manufaturados representaram 36% das exportações, a menor participação em pelo menos duas décadas.

PERDENDO ONDE MAIS INTERESSA

Exportações brasileiras perderam participação nos países mais relevantes para a balança comercial

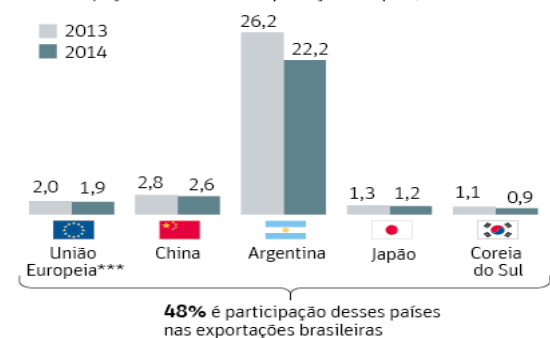
OS PRINCIPAIS DESTINOS

- ▲ Onde o Brasil ganhou participação de mercado
- ▼ Onde o Brasil perdeu participação de mercado



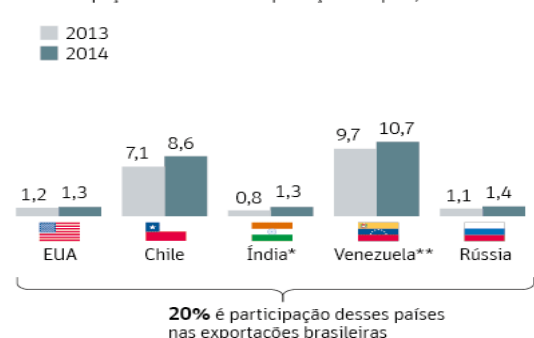
ONDE O BRASIL PERDEU PARTICIPAÇÃO DE MERCADO

Participação do Brasil nas importações do país, em %



ONDE O BRASIL GANHOU PARTICIPAÇÃO DE MERCADO

Participação do Brasil nas importações do país, em %



*de abril a dezembro **de janeiro a outubro ***de janeiro a novembro Fontes: organizações de

Emprego na construção cai pelo quinto mês

25/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O número de trabalhadores na construção civil brasileira recuou 0,94% em fevereiro na comparação com janeiro. No período, foram fechadas 30,9 mil vagas.

Esse foi o quinto mês consecutivo em que o setor reduziu os postos de trabalho. Isso nunca havia ocorrido desde, pelo menos, janeiro de 2007, segundo dados do SindusCon-SP (sindicato da indústria do Estado de São Paulo) e da FGV.

Até então, três quedas seguidas –registradas entre outubro e dezembro de 2012 e entre outubro e dezembro de 2013– havia sido o período mais longo de retração.

"A diminuição do nível do emprego está acontecendo em todos os segmentos, o que inclui o imobiliário, a infraestrutura e o programa Minha Casa Minha Vida", afirma o presidente da entidade, José Romeu Ferraz Neto.

A área de infraestrutura foi a que apresentou a maior queda no emprego na comparação de fevereiro de 2015 com o mesmo mês de 2014: -11,4%.

As obras de acabamento e as preparações de terreno registraram, respectivamente, retrações de 1,44% e 5,6%.

Os números mostram que os lançamentos foram reduzidos e que grande parte das construções está em fase de finalização. "Quando elas forem concluídas, o emprego despencará", diz.

"O governo precisa retomar os investimentos do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e não pode reduzir a desoneração [da folha de pagamento das empresas]."

Ferraz Neto afirma que o setor deverá cortar 300 mil vagas até o fim do ano. Nos últimos 12 meses encerrados em fevereiro, 278,1 mil postos foram fechados, o que representa um recuo de 7,82%. Hoje, a indústria da construção emprega 3.276.335 pessoas.

Grupo investe R\$ 100 mi em sete centros de distribuição

O grupo Toniato, de engenharia, transporte e logística, do Rio de Janeiro, planeja a construção de sete unidades de distribuição e armazenagem em cinco Estados. O pacote, que inclui obras para 2015 e 2016, receberá cerca de R\$ 100 milhões em investimentos.

Quase a metade do total será aplicada em centros logísticos no Sul, onde o grupo iniciou as atividades no fim de 2014, para atender principalmente à movimentação de mercadorias dos segmentos químico e agroquímico.

"Não que exista atualmente um crescimento de demanda [na região Sul]. Há, na verdade, oportunidades para serviços logísticos mais especializados ainda não atendidas", afirma André Luís Façanha, CEO da empresa.

Também haverá investimentos em unidades nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A maior parte dos recursos sairá de caixa próprio, mas a empresa também buscará linhas de financiamento, de acordo com o executivo.

Além de uma divisão de engenharia que constrói os centros de distribuição, a companhia opera as unidades e os serviços de cargas.

Piso antiderrapante

Apesar do câmbio favorável para as exportações, a fabricante de revestimentos cerâmicos Portobello não tem planos de investir para aumentar a sua participação no mercado externo.

Em 2014, as embarcações para fora representaram 10% do faturamento do grupo. A expectativa é que haja uma alta de dois a três pontos percentuais neste ano.

"O volume vendido a outros países não se muda rapidamente, sem ações de longo prazo. O Brasil precisa melhorar a logística, a produtividade e os custos", diz Cesar Gomes Junior, presidente do grupo Portobello.

Mesmo para atender ao mercado interno, o executivo quer esperar ao menos quatro meses antes de analisar novos investimentos.

"Tivemos um ano de 2014 mais duro, com investidores menos confiantes e consumidores postergando reformas e compras para a casa nova", diz.

"Queremos ver se haverá alguma mudança no cenário econômico do país."

As exportações do setor avançaram 9,2% em 2014. Hoje, as vendas para o exterior representam, em média, entre 7% e 8% da receita.

"Apesar do câmbio, outros entraves impedem o crescimento de remessas, como as taxas mais altas de financiamentos", diz Antônio Carlos Kieling, presidente da Anfacer (que representa as empresas do segmento).

R\$ 949 milhões

foi a receita do grupo em 2014

14%

foi o crescimento na receita líquida em relação a 2013

R\$ 176 milhões

foi o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) em 2014

Campeã hoteleira

O Rio de Janeiro é a cidade que tem a melhor performance do setor hoteleiro na América Central e do Sul, segundo a empresa STR Global, que fornece dados sobre a área. A cidade tem as diárias mais caras da América do Sul e a segunda melhor taxa de ocupação da região, perdendo apenas para Lima.

A ocupação da capital fluminense ficou em 73% no ano passado, enquanto a média das diárias foi de US\$ 230.

"A taxa de ocupação é forte no Brasil, principalmente no Rio. Qualquer taxa superior a 62% pode ser considerada boa. São Paulo, no ano passado, registrou 64%", diz a diretora-geral da empresa, Elizabeth Winkle, que está no país nesta semana.

Montevideu, Santiago e Quito ficaram à frente de São Paulo, mas atrás do Rio. Quando se consideram as cidades brasileiras, Curitiba também ganha de São Paulo, com quase 70%. Brasília, apesar de ter uma taxa de 50%, se aproxima de São Paulo em preços. A média das diárias na capital paulista foi de US\$ 150 em 2014.

Ligação... O presidente da Oi, Bayard Gontijo, reuniu-se nesta terça-feira (24) com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Luiz Lecker Vieira, em Brasília. Na pauta, segundo a empresa, investimentos da Oi na Europa, África e Ásia.

...para o exterior A companhia tem tentado vender a sua participação minoritária na operadora angolana Unitel.

Varejo A Hope Lingerie terá uma loja conceito no shopping Pátio Higienópolis, em São Paulo. O plano é abrir mais cinco unidades do modelo, com produtos "premium" até o fim de 2015.

Tecnologia... A Crestron, multinacional americana de sistemas de automação corporativa e residencial, terá o seu primeiro escritório no Brasil, em São Paulo. Antes, o grupo atuava com representantes.

...em base regional A unidade fará vendas para a América do Sul. Com 4.000 funcionários, a Creston faturou US\$ 1,2 bilhão (cerca de R\$ 3,8 bilhões) no ano passado.

Queda do etanol na usina não chega ao posto

25/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O etanol hidratado teve queda acumulada de 13,8% nos preços na porta das usinas paulistas nas últimas seis semanas. No mesmo período, os postos ajustaram os preços para cima em 2,6% na cidade de São Paulo.

Nos últimos dias, o álcool voltou a subir nas usinas, e o produtor teme que, mesmo não tendo repassado a baixa anterior para o consumidor, o varejo volte a acumular esse novo reajuste de preços.

Se isso ocorrer, o etanol perderá parte da competitividade em relação à gasolina. O preço médio do álcool hidratado apurado pelo Cepea indica que o litro estava a R\$ 1,4150 na semana de 6 de fevereiro. Na semana passada, recuou para R\$ 1,2191.

Já o preço diário da BM&FBovespa, que estava em R\$ 1,152 há uma semana, foi a R\$ 1,183 no início desta. Nos postos da cidade de São Paulo, a Folha apurou que o litro do álcool hidratado estava a R\$ 2,064 na semana de 6 de fevereiro, mas subiu para R\$ 2,117 na passada.

A queda de preços do etanol nas usinas em plena entressafra ocorreu porque o setor estava muito estocado e o governo demorou para liberar a mistura de 27% do etanol anidro à gasolina.

Com a aproximação da nova safra, o produtor vendeu estoques para fazer caixa e garantir recursos para os custos iniciais da produção.

O novo percentual de mistura e preços mais bem comportados nesta entressafra fizeram com que as vendas de etanol atingissem 1,1 bilhão de litros na primeira quinzena de março. Desse volume, 1,05 bilhão foi comercializado no mercado interno.

As vendas do etanol anidro somaram 364 milhões de litros no mercado interno. Já as do hidratado atingiram o recorde de 682 milhões.

Maior mistura de anidro à gasolina e dólar caro, dificultando a importação, dão ânimo ao setor.

Dados desta terça-feira (24) da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) indicam que 14 usinas já iniciaram a colheita da safra 2015/16. Esse número se soma às outras seis que não haviam interrompido o processamento de cana na entressafra.

Com preços competitivos em vários Estados, o etanol ganha espaço. Em janeiro, as vendas de gasolina somaram 3,9 bilhões de litros, volume que recuou para 3,1 bilhões em fevereiro.

Presença menor 1 Os produtos básicos participam com 44% das exportações totais deste mês, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Presença menor 2 No mesmo período do ano passado, os básicos representavam 52% das exportações.

Agrícolas Um dos motivos dessa participação menor é a queda dos preços dos produtos agrícolas e do recuo das exportações de soja.

Média As exportações diárias dos básicos recuaram para US\$ 330,7 milhões neste mês, ante US\$ 486,2 milhões em março de 2014.

Novos adidos O Ministério da Agricultura definiu os novos nomes para adidos agrícolas em sete países. O adido para a China já havia sido escolhido em 2013.

Função A presença dos adidos nos principais parceiros comerciais do Brasil é importante porque são eles que estudam a legislação vigente onde atuam e buscam espaço para o produto brasileiro.

Suspensão O Brasil suspendeu as importações de maçã, pera e marmelo frescos da Argentina devido à presença da praga *Cydia pomonella*, conhecida como traça da maçã e encontrada em carregamentos dessas frutas.

Queda geral Os produtos agrícolas foram negociados em queda nesta terça-feira (24) nos mercados de Nova York e de Chicago. Café (menos 3,21%) e açúcar (menos 2,28%) lideraram as quedas.

Crise é oportunidade para o empreendedor de alto impacto

25/03/2015 – Fonte: Portal Contábil

Empreendedores bem preparados são mais capazes de criar negócios inovadores, enfrentar crises e gerar empregos - e, assim, ajudar a economia a girar. É essa premissa que faz a Endeavor Brasil considerar como propício o atual cenário econômico vivido pelo País.

"A crise, para muitos empreendedores, gera grandes momentos de oportunidades", diz Juliano Seabra, diretor-geral no Brasil da organização global de fomento ao empreendedorismo. Para a Endeavor, o empreendedor de alto impacto - aquele que amplia seu corpo de colaboradores a taxas anuais superiores a 20% durante três anos consecutivos - sofre menos em um momento econômico instável do que a média dos empregadores brasileiros. "Ele é mais capacitado, não está andando de lado", disse Seabra em entrevista ao DCI.

Seabra vê uma movimentação positiva mesmo em áreas como a construção civil e a indústria automobilística, que já vêm reduzindo o ritmo de produção e vendas desde o ano passado. "As empresas estão começando a estudar outros modelos de trabalho para compensar essa desaceleração", diz.

"O tipo de suporte que damos tem que dialogar com esse momento um pouco mais difícil. Temos que ajudar o empreendedor a enxergar como sair de um eventual problema. Muita gente acaba pedindo mentoria, ou informações mais focadas no lado financeiro, porque é normalmente na crise que as finanças acabam se desarrumando um pouco. Mas isso faz parte do processo natural de empreender. Você não vai ser empreendedor só no dia bom", argumenta.

Foco do trabalho da organização, que já opera há 15 anos no Brasil, os empreendedores de alto impacto correspondem a menos de 1% do total de empresas ativas no Brasil, segundo estudo feito em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 35.206 empresas, responsáveis por 60% da carga líquida de novos empregos do País - cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho gerados no período de 2010 a 2012.

"A grande performance que empurra e sustenta o desempenho econômico brasileiro vem de um grupo muito restrito. Nosso sonho é que esse número se multiplique", diz Seabra, destacando que 90% das empresas de alto impacto são pequenas e médias. "No auge da crise de 2008, havia cerca de 90 mil empresas de alto crescimento nos Estados Unidos. Hoje, são 150 mil. Nosso objetivo é fazer com que o Brasil tenha 100 mil."

É para possibilitar tal salto que a Endeavor investe na capacitação de empreendedores. "Fechamos 2014 com quase 3 milhões de pessoas visitando nosso portal para consumir conteúdo. Um empreendedor bom é aquele bem preparado, e isso só acontece se disseminarmos conhecimento", defende.

Além desse trabalho para um público amplo, a organização oferece acompanhamento para um grupo fechado de empreendedores, escolhidos em um criterioso processo de seleção (veja ao lado alguns exemplos). São cerca de 130 empresários, à frente de 74 companhias, que recebem mentoria de grandes lideranças - a última sessão, no fim de fevereiro, foi comandada pelo investidor e empresário João Paulo Lemann, sócio na AB InBev, no Burger King e em outros negócios.

Ação em parceria

Esse é o programa mais visível da Endeavor. Mas o instituto também desenvolve iniciativas de capacitação em conjunto com instituições como o Sebrae e o Senai. "São iniciativas que ainda estão muito de fora para dentro: entidades fora do sistema educacional que promovem a educação empreendedora."

Uma dessas iniciativas é o InovAtiva Brasil, um programa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) que capacita e conecta startups, com apoio da Endeavor e do Senai. "Entramos com o processo de mentoria. São empresas pequenas, mas com muito potencial de inovação envolvido", explica Seabra.

Ele defende maior participação do poder público na formação de uma cultura empreendedora no Brasil. "Enquanto não se entender que o empreendedorismo deveria ser olhado na escola, ele dificilmente se espalhará de uma forma acelerada."

Nas universidades, está na idade da pedra", afirma ele. Ainda que a inclusão da matéria na grade das instituições de ensino tenha chegado a entrar em pauta no Congresso Nacional, os projetos a respeito disso "não andaram", avalia.

Ao lado da pouca capacitação, o ambiente de negócios complicado limita o desenvolvimento de um ecossistema empreendedor mais forte no Brasil. "Todos os processos que envolvem burocracia e impostos são muito onerosos. Seguram o potencial do País. A maior dicotomia é sermos a 7ª economia do mundo e o 120º ambiente de negócios", diz.

Iniciativas

Seabra cita o vaivém na política de desoneração da folha de pagamentos como exemplo de decisões do governo que acabam causando insegurança jurídica e travam o planejamento por parte dos empresários.

No entanto, ele reconhece os esforços da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) em criar mecanismos legais mais ágeis, como o que deverá facilitar a transição do Simples para o regime tributário de lucro presumido quando uma microempresa amplia o volume de negócios e o seu faturamento.

De qualquer forma, defende o diretor-geral da Endeavor, o ambiente de negócios complicado não pode ser usado como desculpa pelo empresário para não inovar. "Por mais que você vá se envolver com sócios, funcionários, fornecedores, empreender ainda é um ato individual. A responsabilidade é exclusiva do indivíduo. Tem 35 mil caras que, com ambiente de negócios ruim, bola quadrada e regra malfeita, ainda conseguem marcar gol. Como eles estariam se nosso ambiente fosse mais leve? Essa é a provocação que fazemos."



Dilma assina MP que prorroga correção do salário mínimo até 2019

25/03/2015 – Fonte: Portal Contábil

A presidente Dilma Rousseff assinou a Medida Provisória (MP) que prorroga a atual política de reajuste do salário mínimo para o período entre 2016 e 2019. A MP mantém a atual fórmula de reajuste, que leva em conta a inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, mas adia a discussão sobre a manutenção do mecanismo para aposentados e pensionistas.

"A política nacional de valorização do salário mínimo começou a valer ainda no governo Lula. Em 2011, mandamos um projeto (para o Congresso) que cobria até 2015, e a agora o novo projeto cobre até 2019.

Portanto, até 2019, essa política que representou ganho real do salário dos trabalhadores mais pobres passa a ser novamente uma realidade", afirmou Dilma, em cerimônia no Palácio do Planalto. A presidente disse que a política de valorização do mínimo ajudou o País a atravessar a crise internacional sem que os trabalhadores fossem penalizados.

O governo concorda com a manutenção da fórmula atual, mas temia a mesma indexação aos aposentados e pensionistas. Por isso, costurou um acordo com o PMDB e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), retirou o projeto sobre o mínimo da pauta de votações. Lideranças da base ouvidas pelo Broadcast afirmaram que o Planalto ficou de estudar uma proposta que garanta ganhos reais para os aposentados e que deve ser apresentada antes da votação da nova MP.

As Medidas Provisórias têm força de lei e entram em vigor imediatamente após sua publicação. Depois, obrigatoriamente, toda MP é analisada pelo Congresso Nacional (primeiro vai para a Câmara, depois para o Senado) e precisa ser aprovada em até 120 dias para, definitivamente, virar lei. Do contrário, o texto perde validade.

1º de maio

O líder do PPS, Rubens Bueno (PR), disse que Cunha, ao decidir sobre o tema de ofício, quebrou um compromisso público de só retirar itens da pauta após consultar o Plenário. "Estamos desapontados com o presidente", disse.

O peemedebista reagiu e afirmou que não cedeu qualquer pressão. "Esse projeto não iria virar lei até o 1º de maio. O objetivo era ter uma lei em vigor para o dia 1º de maio, uma política conhecida para o trabalhador", afirmou.

Dilma também se manifestou sobre o assunto e disse, logo após assinar a MP, que o Palácio do Planalto não está "atropelando nada nem ninguém". "Temos no dia 1º de maio, daqui a um mês, nós temos o Dia do Trabalhador. Tradicionalmente foi sempre o Executivo que enviou as Medidas Provisórias de valorização do salário mínimo. Essa não foi a primeira vez que fizemos, é a segunda que eu assino", disse.

"Então o que temos certeza é que essa Medida Provisória tem urgência e tem toda a justificativa para ser enviada. Sempre fizemos isso. Não há nada de diferente. Estamos exercendo uma coisa que é característica do governo: o direito de iniciativa em algo que gera despesas", comentou a presidente.

Ganho salarial

Dilma disse que nos últimos anos houve um reajuste acumulado em torno de 70% no salário mínimo. "Isso representou, certamente, um dos motivos pelos quais nós conseguimos passar por esse momento de dificuldade da crise, sem que os efeitos da redução do crescimento econômico caíssem sobre as costas dos trabalhadores", completou.

A presidente citou ainda que, no passado, chegar a US\$ 100 o salário mínimo era o objetivo de uma luta política. "Mas agora temos uma situação de sistemático reajuste e valorização do salário mínimo. Creio que esse é um sustentáculo do desenvolvimento neste momento específico do Brasil", acrescentou.

Dilma agradeceu a base aliada do Congresso, reforçando o acordo para que a MP do mínimo possa ser aprovada pelo Parlamento com urgência imediata. A presidente também citou as centrais sindicais e os movimentos sociais, que, segundo ela, também ajudaram na construção da política do salário mínimo. "Sei que houve temor e debate sobre a continuidade dessa política, mas o Brasil soube superar isso", completou.

Senado aprova benefício para pequenas empresas na substituição tributária

25/03/2015 – Fonte: Portal Contábil

O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (24) projeto que beneficia pequenas empresas no pagamento de substituição tributária. Segundo o PLS 201/2013, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o pagamento de ICMS sobre produtos ou mercadorias sujeitos à substituição tributária passará a ser em uma única alíquota de 3,95%. A medida é válida apenas para as microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional.

O texto-base do projeto foi aprovado por 57 votos a 1. Durante a votação, diversos líderes e senadores manifestaram apoio à iniciativa. Quatro emendas de redação, que não alteram o conteúdo da matéria, também foram aprovadas. O projeto segue para a Câmara dos Deputados.

Substituição tributária

A substituição tributária é um regime de arrecadação que obriga a empresa contribuinte a pagar o tributo devido por seus clientes ao longo da cadeia de comercialização – ou seja, pagar o ICMS da venda do produto antes que ela aconteça e mesmo se ela não acontecer.

Atualmente, as pequenas empresas devem pagar, no ato da compra de produtos de seus fornecedores, a alíquota cheia do ICMS da compra mais a alíquota reduzida da venda presumida, que está estabelecida em um máximo de 3,9%.

Com o projeto, a alíquota cheia deixa de fazer parte da equação, e o ICMS devido passa ser apenas o da venda presumida, que é a alíquota reduzida. O limite máximo desse valor passa de 3,9% para 3,95%.

Requião acredita que a desoneração não prejudicará a arrecadação, pelo contrário. Ele defende que conceder benefícios fiscais às pequenas empresas é uma forma de aquecer a economia.

— O pequeno empresário capitalizado gasta no mercado formal. Ele compra uma geladeira, um automóvel, conserta sua casa, vai a uma loja de materiais de construção e tudo isso é tributado — observou.

O autor da proposta também entende que o expediente da substituição tributária é nocivo às pequenas empresas, e a nova medida é uma forma de aliviá-lo.

— Como o pequeno empresário não pode compensar, ele fica com o custo muito mais alto que as grandes empresas. As pequenas empresas estão quebrando e desempregando no momento em que isso é crucial para a população — criticou Requião.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou apoio ao projeto e disse crer que ele é um passo importante para a simplificação do sistema tributário nacional.

— Essa medida faz justiça às micro e pequenas empresas. Com a substituição tributária, termina-se onerando quem depois não tem como compensar. É preciso fazer cadeia neutra que não onere nem tire a competitividade. Queremos desonerar de impostos o país e esse projeto tem esse condão — comemorou.

Restituição

A proposta, institui também uma nova hipótese de restituição do ICMS. Hoje, a Lei Kandir já assegura a esses contribuintes o direito à restituição de valor quando o fato gerador presumido (a venda) não se realizar.

O projeto prevê a compensação também quando a venda se realizar com base de cálculo inferior à estimada pela Secretaria da Fazenda.

Segundo a relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a Lei Complementar 147/2014 atendeu diversas reivindicações desse segmento empresarial quanto à substituição tributária, mas “não estabeleceu limites à imposição severa de tributos aos micro e pequenos empresários”. Lacuna preenchida agora pela aprovação do projeto do senador Roberto Requião.

Com manobra contábil, concessionárias deixam de pagar R\$ 100 milhões em tributos

25/03/2015 – Fonte: Portal Contábil

Operação da Receita Federal descobriu que 14 concessionárias de veículos do estado de São Paulo deixaram de pagar R\$ 100 milhões em tributos, em um ano. As empresas não recolheram os valores referentes ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre bonificações pagas pelas montadoras.

Os valores são repassados às revendedoras pelas fabricantes como forma de subsidiar as atividades das lojas. “São concessionárias vinculadas a determinadas marcas de automóveis. Não são lojas multimarcas ou revenda de carros usados”, explica o auditor fiscal Fernando Poli, que participou da Operação Carro Zero, que descobriu as manobras contábeis.

As empresas estão sendo investigadas por planejamento tributário abusivo. A partir da fiscalização da contabilidade de uma das concessionárias, os fiscais descobriram que os valores não eram declarados como receita, mas como reduções de custo. Com a manobra, as empresas deixavam de recolher os tributos que somados representam alíquota de 10,85% sobre o montante.

“Nós decidimos baixar a contabilidade das maiores empresas do ramo de todo o estado de São Paulo. Com isso a gente conseguiu observar que mais ou menos 70% do setor pratica isso”, conta Poli.

Ao todo, as montadoras repassaram aproximadamente R\$ 1 bilhão às concessionárias dessa forma. “A gente está falando das maiores concessionárias do Brasil. São concessionárias que têm um faturamento acima de R\$ 800 milhões por ano”, ressaltou o auditor. A maioria das lojas (11) fica na capital paulista e três no interior, nos municípios de Sorocaba, Piracicaba e Ribeirão Preto.

As empresas autuadas terão agora de pagar os tributos sonegados, corrigidos pela taxa Selic, mais multa de pelo menos 75% dos valores devidos. Caso seja identificada alguma fraude na contabilidade ou declarações, a sanção pode chegar a 150%.

Receita abre nesta quarta a consulta ao lote de restituição multiexercício

25/03/2015 – Fonte: Portal Contábil

A partir das 9 horas de quarta-feira, 25 de março, estará disponível para consulta o lote multiexercício de restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, contemplando as restituições residuais, referentes aos exercícios de 2014 (ano-calendário 2013), de 2013 (ano-calendário 2012), 2012 (ano-calendário 2011), 2011 (ano-calendário 2010), 2010 (ano-calendário 2009), 2009 (ano-calendário 2008) e 2008 (ano-calendário 2007).

O crédito bancário para 100.368 contribuintes será realizado no dia 31 de março, totalizando o valor de R\$ 240.000.000,00. Desse total, R\$ 95.420.002,85 referem-se ao quantitativo de contribuintes de que trata o Art. 69-A da Lei nº 9.784/99, sendo 21.787 contribuintes idosos e 2.116 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

Os montantes de restituição para cada exercício, e a respectiva taxa selic aplicada, podem ser acompanhados na tabela a seguir:

Lote de Restituição Multiexercício do IRPF – MAR/15			
Ano do exercício	Número de Contribuintes	Valor (R\$)	Correção pela Selic
2014	63.265	146.431.018,09	9,93% (maio de 2014 a março de 2015)
2013	18.342	40.020.553,45	18,83% (maio de 2013 a março de 2015)
2012	7.698	23.050.656,73	26,08% (maio de 2012 a março de 2015)
2011	7.259	24.073.908,50	36,83% (maio de 2011 a março de 2015)
2010	3.178	5.267.668,64	46,98% (maio de 2010 a março de 2015)
2009	527	717.997,19	55,44% (maio de 2009 a março de 2015)
2008	99	438.197,40	67,51% (maio de 2008 a março de 2015)

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita na Internet (<http://www.receita.fazenda.gov.br>), ou ligar para o Receitafone 146. Na consulta à página da Receita, serviço e-CAC, é possível acessar o extrato da declaração e ver se há inconsistências de dados identificadas pelo processamento. Nesta hipótese, o contribuinte pode avaliar as inconsistências e fazer a autorregularização, mediante entrega de declaração retificadora.

A Receita disponibiliza, ainda, aplicativo para tablets e smartphones que facilita consulta às declarações do IRPF e situação cadastral no CPF. Com ele será possível consultar diretamente nas bases da Receita Federal informações sobre liberação das restituições do IRPF e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá requerê-la por meio da Internet, mediante o Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no e-CAC, no serviço Extrato do Processamento da DIRPF.

Caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contatar pessoalmente qualquer agência do BB ou ligar para a Central de Atendimento por meio do telefone 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos) para agendar o crédito em conta-corrente ou poupança, em seu nome, em qualquer banco.

BC anuncia que não renovará programa de oferta diária de swaps cambiais que vence dia 31

25/03/2015 – Fonte: Reuters

O Banco Central anunciou na noite desta terça-feira que não renovará o programa de oferta diária de swaps cambiais, que vence no dia 31 de março, mas se comprometeu a renovar integralmente os contratos que vencem a partir de 1º de maio.

"Os swaps cambiais vincendos a partir de 1º de maio de 2015 serão renovados integralmente, levando em consideração a demanda pelo instrumento e as condições de mercado", disse a autoridade monetária em comunicado.

Os leilões de venda de dólares com compromisso de recompra, segundo o BC, continuarão a ser realizados em função das condições de liquidez do mercado de câmbio. O programa de leilões de swap cambial, que equivale à venda futuro de dólares, e de vende de dólares com compromisso de recompra foi lançado em agosto de 2013, com o objetivo de fornecer "hedge" ao mercado e evitar maiores pressões sobre o câmbio.

No início, a oferta diária era de 10 mil contratos de swaps cambiais e leilões semanais de venda de dólares com compromisso de recompra, os chamados leilões de linha.

No ano passado, contudo, o BC reduziu a oferta diária para 4 mil contratos de swaps, ou o equivalente a 200 milhões de dólares, e acabou com os leilões de linha regulares.

No fim de dezembro, o BC anunciou que o programa seria estendido até pelo menos 31 de março deste ano, mas reduziu as ofertas diárias para até 2 mil contratos, equivalentes a 100 milhões de dólares.

Kraft anuncia fusão com Heinz, controlada por fundo brasileiro 3G

25/03/2015 – Fonte: Reuters

A Kraft Foods anunciou nesta quarta-feira (25), ter concluído um acordo de fusão com a H.J. Heinz, controlada pela empresa de private equity brasileira 3G Capital e pela Berkshire Hathaway, do investidor Warren Buffett, para formar a terceira maior companhia de alimentos e bebidas da América do Norte.

Pelo acordo, que foi aprovado unanimemente pelos conselhos da Heinz e da Kraft, os acionistas da Kraft terão uma participação de 49% na nova empresa e os atuais acionistas da Heinz terão 51%.

Além de ações da empresa combinada, os acionistas da Kraft receberão um dividendo especial em dinheiro de US\$ 16,50 por ação. Segundo o comunicado, o pagamento do dividendo especial, que somará aproximadamente US\$ 10 bilhões, será financiado pela 3G e pela Berkshire Hathaway.

A sinergia esperada pelas empresas com a fusão inclui US\$ 1,5 bilhão em economias de custo anuais até o fim de 2017. A transação, que está sujeita à aprovação dos acionistas da Kraft e de órgãos reguladores, deverá ser concluída no segundo semestre deste ano. A empresa combinada terá oito marcas valendo mais de US\$ 1 bilhão cada e cinco valendo entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão.

No fechamento do pregão de terça-feira, 24, a Kraft tinha valor de mercado de quase US\$ 36 bilhões de dólares, com base nas ações em circulação de acordo com dados de 2 de março. No pré-mercado em Nova York, às 7h30 (de Brasília), as ações da Kraft Foods subiam 15,29% depois do anúncio da fusão.

Parlamentares discutem com Levy indexador da dívida dos estados e municípios

25/03/2015 – Fonte: Jornal do Brasil

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, recebe neste momento, em café da manhã, parlamentares integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para discutir as medidas fiscais que o governo vem adotando para melhorar o resultado das contas públicas.

Ao chegar ao ministério, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) admitiu que, entre os assuntos, deve estar a regulamentação do indexador da dívida dos estados e municípios, aprovado ontem (24) na Câmara dos Deputados.

A parlamentar disse que a reunião já estava marcada antes da sessão de ontem, na Câmara, quando foi aprovado um projeto que obriga a presidenta Dilma Rousseff a regulamentar em até 30 dias a troca dos indexadores das dívidas de estados e municípios com a União.

“Não é um momento fácil. Precisamos ter isso claro, que não é um problema de governo. Isso é um problema de Estado. É um problema de mundo. Dizer que é um delírio do

governo federal afirmar que estamos sofrendo uma influência da crise internacional é um absurdo. Alguns países sofreram antes, nós estamos sofrendo agora.

Não é a primeira vez que o Brasil passa por isso e não é o primeiro governo também", disse a senadora. Grazziotin destaca que só com o diálogo será possível encontrar os caminhos que devem ser adotados para um ajuste fiscal já que há um consenso entre a oposição e a situação sobre a necessidade dos ajustes.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) elogiou a iniciativa do ministro Joaquim Levy de convidar os parlamentares para discutir as questões da economia. Ele admitiu também que uma das questões a serem tratadas é a questão do indexador.

"Acho que a pauta federativa é também importante. Eu conversei com o ministro Levy na semana passada. A questão do ICMS, que começou com a guerra dos portos, e o comércio eletrônico vai prosseguir.

O que aconteceu ontem reitera isso. Os estados e os municípios estão em uma situação muito difícil", argumentou. Na avaliação de Delcídio é inegável que sem uma solução para a dívida desses entes praticamente fica inviabilizada a gestão pública.

"Os estados não tem como investir em saúde, educação e infraestrutura, por exemplo. Então é uma questão que merece uma atenção especial. Esse assunto pacto federativo vai voltar novamente à tona e será tratado, não tenho dúvidas".

O senador Fernando Bezerra (PSB-PE) disse que espera um "café gostoso" preferiu não entrar no assunto a ser tratado com Levy. O parlamentar não quis falar sobre a expectativa dele sobre a reunião, mas admitiu que espera discutir com ministro Joaquim Levy a votação sobre o indexador da dívida dos estados. Já o senador José Pimentel informou afirmou que esse é um assunto já resolvido.

Participam do café da manhã os senadores Delcídio do Amaral (PT/ MS), Raimundo Lira (PMDB /PB), Ciro Nogueira (PP/ PI), Wilder Moraes (DEM/ GO), Fernando Bezerra (PSB /PE), Vanessa Grazziotin (PCdoB/ AM), Douglas Cintra (PTB/ PE), Marcelo Crivella (PRB /RJ) e José Pimentel (PT /CE).

Siderúrgica latino-americana é apresentada a ASEOPP

25/03/2015 – Fonte: INDA

Os associados da Associação Sergipana de Empresários de Obras Públicas e Privadas – ASEOPP, receberam informações da nova planta da Siderúrgica Latino-Americana S. A. – SILAT, que está entrando em funcionamento no Complexo Portuário do Pecém (CE), no investimento de R\$ 1 bilhão.

O representante da SILAT, Ricardo Dias, fez um histórico da siderúrgica e mostrou todos os produtos. "Nosso objetivo é eficiência, qualidade e competitividade", disse, ao apresentar o cenário do aço atual mostrando que a SILAT tem preços diferenciados. Entre os produtos, vergalhões, tela soldada nervurada, malha, coluna e treliça.

A pedido dos associados o representante da SILAT apresentará uma proposta de preços para a cooperativa de compras dos pequenos e médios empresários. Em Sergipe, a SILAT tem como representante a empresa Aço Armado, cujo supervisor de vendas, Bruno Prado Moura, também participou da reunião.

Energia – Já o consultor comercial Rinaldo Solera, apresentou informações sobre os produtos da área elétrica da Schneider do Brasil que em Sergipe é comercializado pela

empresa "A Eletricidade". A empresa oferece produtos qualificados na área da gestão de energia, com soluções de energia e controle, energia crítica, eficiência energética e automação.

Aumenta utilização de tubos de aço em oleodutos e gasodutos

25/03/2015 – Fonte: INDA

Segundo o senso comum, muitos de nós consideram que qualquer tipo de mercadoria é, geralmente, transportada por caminhões, navios ou trens. Não estamos errados, porém em alguns casos específicos, líquidos e fluídos são transportados em terra de outra maneira completamente diferente: por tubulações e dutos.

Os tubos utilizados em oleodutos e gasodutos exigem cuidados especiais – precisam ser mais resistentes à abrasão e à pressão e também ser acoplados com rosqueamentos e junções que não permitam vazamentos: as substâncias são sempre transportadas com pressões altíssimas e, ainda por cima, são inflamáveis.

Divisão

Há basicamente dois tipos de tubos usados em larga escala pela indústria de petróleo e gás: o primeiro deles, os tubos OCTG, são usados para exploração e perfuração, enquanto que os chamados tubos de "condução", ou line pipes, são aqueles usados para o transporte e transferência de petróleo, gás e uma infinidade de derivados, entre eles nafta, gasolina, eteno, propeno e muito mais.

O line pipe, ou tubo de condução, é desenvolvido especialmente para suportar grandes diferenças de pressão e temperatura e também para receber em seu interior substâncias tóxicas, corrosivas, abrasivas e ácidas. A Tubonasa oferece dois tipos de tubos redondos de condução, que abrangem as normas técnicas NBR 5580 e NBR 5590.

O primeiro grupo de tubos, sob a norma NBR 5580, abrange a condução de líquidos e fluídos comuns e não corrosivos, como água, ar comprimido, gases em geral e vapores e líquidos não corrosivos. Contudo, os tubos sob a norma NBR 5590 podem ser usados em condições específicas de pressão e corrosão. Chamados também de tubos "schedule", são adequados para usos diversos:

- Caldeiras, aquecedores e condensadores, transportando líquidos e gases em altas temperaturas e pressões altíssimas.
- Indústrias químicas, transportando substâncias tóxicas e abrasivas, muitas vezes também sob pressões muito acima da atmosférica.
- Oleodutos e gasodutos, contendo substâncias altamente inflamáveis e sob grande pressão.

Especialmente para gasodutos, tubos de grande diâmetro costumam ser empregados, tanto em peças com costura (soldadas) ou laminadas sem costura.

Volume

Geralmente obras de gasodutos e oleodutos, mesmo em distâncias relativamente pequenas, demandam um grande volume de tubulações e junções. O mais comum é que esses sistemas de condução se estendam por quilômetros, empregando tubos com diâmetros que podem exceder um metro ou mais.

O gasoduto Brasil-Bolívia, por exemplo, talvez o mais famoso de toda a malha de gasodutos brasileira, possui 3.150 quilômetros de extensão ao todo e é um dos mais longos do mundo. O transporte por dutos elimina a exposição de combustíveis, petróleo e

gases, reduz a propensão a acidentes e também oferece enormes vantagens econômicas em relação ao transporte em navios-tanque ou vagões.

Fraude na CSN chega a R\$ 3 milhões

25/03/2015 – Fonte: INDA

Uma fraude cometida por funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) somou entre R\$ 2 milhões e R\$ 3 milhões, conforme apurou o valor. Os desvios, decorrentes de irregularidades no departamento de compras de materiais, envolveram principalmente material de escritório e de pequenos equipamentos. Segundo informações, alguns dos contratos têm validade desde 1999. As compras envolvidas totalizaram cerca de R\$ 100 milhões.

Três funcionários empresa foram presos, e dois envolvidos, que não são empregados da CSN, estavam foragidos.

Em nota, a CSN informou que controles internos identificaram os indícios de fraudes e as apurações foram posteriormente enviadas ao ministério público (MP) para investigação e aplicação de medidas. Conforme a nota, a CSN diz que "como o processo está em andamento, ainda não é possível quantificar com exatidão os valores envolvidos".

Informações apontam que funcionários da empresa vazavam as propostas de aquisições de materiais, facilitando a concorrência para empresas interessadas. Em troca, recebiam porcentagem do valor dos contratos.

Nove mandados de busca e apreensão teriam sido cumpridos no escritório da siderúrgica, em São Paulo. A investigação, no MP, vem sendo realizada desde janeiro, após a CSN encaminhar a denúncia ao MP.

A CSN é a quarta maior fabricante de aço do país e atua também em minério de ferro, cimento, energia, portos e ferrovias. Em 2014, teve receita líquida consolidada superior a R\$ 16 bilhões.

Cade estuda permitir voto da CSN em eleição da Usiminas

25/03/2015 – Fonte: Valor Econômico

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) estuda autorizar a participação de representantes da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como acionistas minoritários no conselho de administração da Usiminas.

O órgão antitruste recebeu um pedido neste sentido da empresa de Benjamin Steinbruch e deve dar uma resposta na sessão de hoje.

A dificuldade do Cade para dar esse passo está na decisão anterior que foi tomada pelo próprio órgão antitruste. Em 11 de abril de 2012, o Cade baixou medida preventiva para impedir a CSN de indicar membros aos conselhos de administração e fiscal da Usiminas, que é uma concorrente direta da empresa no mercado nacional de aço.

Na época, a medida foi tomada porque os conselheiros temiam a interferência da CSN na Usiminas e queriam garantir a concorrência entre as empresas que atuam no mesmo mercado de aço. O Cade bloqueou a CSN com receio de que ela pudesse eleger membros ao conselho da rival na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril daquele ano. O objetivo foi separar ao máximo CSN de Usiminas.

Após três anos, o órgão é chamado a atuar outra vez perante as duas empresas na iminência de uma AGE marcada para 6 de abril. A sessão de julgamento de hoje é a última antes da assembleia e, por isso, é esperada uma decisão em que novamente as duas empresas serão protagonistas.

Se permitir o uso das ações de CSN ao percentual dos minoritários, que é de 10% - somando quase 22% - um terceiro representante do conselho poderá ser eleito, indo a 11 o número de conselheiros da empresa. Seria Mauro Cunha, indicado pelos fundos Tempo Capital e L. Par (Lirio Parisotto).

A CSN tem alegado, na Justiça comum, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Cade que o grupo italiano Ternium - Techint adquiriu o controle da Usiminas ao comprar as participações dos grupos Camargo Corrêa e Votorantim em novembro de 2011.

Com base nesse argumento, foi feita uma denúncia de enganiosidade ao Cade, pois o órgão antitruste não teria sido informado de que a aquisição levou ao controle da Usiminas pela Ternium.

A questão que será julgada pelo Cade hoje terá consequências práticas para a Usiminas. Caso fique comprovado que houve a mudança no controle, os acionistas minoritários, detentores de ações ONs (com direito a voto), entre eles a CSN, teriam direito a R\$ 4 bilhões em "tag along" - a oferta pública que deveria ter sido feita aos minoritários em casos de transferência do controle da empresa e que, no caso, não ocorreu.

Minério de ferro cairá para menos de US\$ 50 por tonelada, diz Citigroup

25/03/2015 – Fonte: Info Money

O preço do minério de ferro cairá para menos de US\$ 50 por tonelada porque a demanda de aço na China, a maior produtora mundial da liga, se mantém fundamentalmente fraca e os custos das companhias mineradoras continuam caindo, segundo o Citigroup Inc.

A demanda chinesa por aço diminuiu em janeiro e fevereiro em relação a um ano atrás, disse o banco em um relatório enviado por e-mail nesta segunda-feira, no qual reiterou sua previsão de um recuo para menos de US\$ 50, frente a US\$ 54,66 na sexta. Moedas desvalorizadas, preços de energia mais baixos e taxas de frete reduzidas diminuirão ainda mais os custos das companhias mineradoras, disse o Citigroup.

O minério de ferro está prestes a registrar uma perda trimestral recorde porque a desaceleração da demanda na China e a crescente oferta da Rio Tinto Group, da BHP Billiton Ltd. e da Vale SA estão agravando uma superabundância mundial.

O Citigroup foi um dos prognosticadores mais baixistas da commodity utilizada na fabricação de aço, tendo previsto corretamente em novembro que seu preço cairia para menos de US\$ 60 por tonelada em 2015. Regulamentações ambientais mais estritas na China também estão prejudicando a perspectiva para a produção de aço, disse o Citigroup no relatório.

Ferro: desvalorização das moedas e o afundamento dos preços da energia ajudaram os produtores a reduzir seus custos
Ferro: desvalorização das moedas e o afundamento dos preços da energia ajudaram os produtores a reduzir seus custos.

“Continuamos baixistas em relação ao minério de ferro e reiteramos a nossa expectativa de que os preços cairão para menos de US\$ 50”, escreveram analistas, entre eles Ivan Szpakowski, no relatório de nove páginas.

“A demanda real por aço – com base na produção, nas exportações líquidas e nas mudanças nos estoques de usinas e negociantes – sugere um crescimento marcadamente negativo em relação ao ano anterior para o bimestre janeiro-fevereiro”.

No dia 20 de março, o minério com 62 por cento do conteúdo em Qingdao afundou para seu menor valor desde pelo menos maio de 2008, segundo dados diários e semanais da Metal Bulletin Ltd. Os preços caíram 23 por cento neste ano e se encaminham para seu quinto recuo trimestral. A previsão do Citigroup para o ano completo se mantém em US\$ 58 por tonelada, disse Szpakowski.

Meta de crescimento

A China estabeleceu uma meta de crescimento econômico de 7 por cento para este ano, a menor em mais de quinze anos, e identificou cada vez mais ventos contrários, entre eles uma depressão no mercado de propriedades.

Neste mês, o primeiro-ministro Li Keqiang prometeu medidas mais duras para combater a poluição, dizendo que os controles implementados até agora ficaram aquém das expectativas da população.

“O assunto mais popular no mercado chinês talvez seja a crescente pressão ambiental”, escreveu Szpakowski. “A lei ambiental revisada, que entrou em vigor no começo de 2015, fortaleceu muito os mecanismos de aplicação, com um grande aumento das multas máximas”.

A desvalorização das moedas e o afundamento dos preços da energia ajudaram os produtores a reduzir seus custos, reforçando as margens de lucros apesar do desmoronamento do minério de ferro.

A Fortescue Metals Group Ltd., a quarta maior exportadora do mundo, está planejando diminuir ainda mais seus custos, disse o CEO Nev Power em Hong Kong nesta segunda-feira.

“Continuaremos reduzindo os nossos custos e posicionando-nos na curva de custos com muita força”, disse Power em uma entrevista com a Bloomberg Television. “É só uma questão de quanto tempo passará até a demanda ultrapassar e absorver a oferta, e então veremos uma recuperação do preço”.

Mineração Usiminas quer cancelar contrato com MMX

25/03/2015 – Fonte: Valor Econômico

A mina de Pau de Vinho, na região da Serra Azul de Minas Gerais, pode tornar-se alvo de uma disputa entre a Mineração Usiminas (Musa), dona da área, e a MMX Sudeste Mineração, que arrendou o ativo.

A Musa comunicou à MMX, empresa de Eike Batista que encontra-se em recuperação judicial, da decisão de rescindir o acordo firmado pelas duas empresas em 2011. O contrato previu a exploração de Pau de Vinho, uma mina de minério de ferro, pela MMX, por 30 anos.

A Musa, controlada pela Usiminas, quer evitar que a MMX inclua em seu plano de recuperação judicial qualquer previsão de receita do contrato de arrendamento de Pau de Vinho. Mas a MMX conta com essa mina como um ativo importante para o sucesso de seu plano de recuperação judicial.

A notificação feita pela Musa à MMX para a rescisão do acordo de exploração mineral da área de Pau de Vinho se deu fora do processo de recuperação judicial pelo qual passa a MMX.

O Valor apurou que, após a notificação, a MMX fez uma contestação à Musa. Executivos das duas empresas chegaram a conversar sobre o tema. Mas a discussão sobre o futuro de Pau de Vinho ficou em aberto.

A petição da Musa para cancelar o contrato de aluguel de Pau de Vinho com a MMX tornou-se pública esta semana em uma decisão publicada pelo juiz da 1ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), Ronaldo Claret de Moraes, que cuida da recuperação judicial da MMX Sudeste.

Na decisão, que prorrogou por 90 dias o prazo para aprovação do plano de recuperação da MMX, o juiz fez menção ao requerimento da Usiminas sobre o cancelamento do contrato de Pau de Vinho. A Musa pediu que todos os interessados na recuperação da MMX tomassem conhecimento da rescisão.

E solicitou que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) fosse oficiado sobre o tema. O juiz deferiu o pedido somente em parte e negou o requerimento para intimar a MMX a não incluir em seu plano qualquer previsão de receita de Pau de Vinho. Moraes disse que isso demandaria "contraditório específico" que só poderia ser feito em "autos próprios". Procuradas, Musa e MMX não se pronunciaram.

Fontes próximas da MMX dizem que a empresa tem argumentos de que a Usiminas não poderia fazer a rescisão de forma unilateral. Mas no contrato de arrendamento de Pau de Vinho há cláusula de que se a MMX enfrentasse dificuldades o acordo seria encerrado, disse uma fonte.

Há disposição dos dois lados de encontrar uma solução, embora esse acordo possa ter ficado mais difícil depois do requerimento feito pela Musa sobre Pau de Vinho no âmbito da recuperação.

O plano de recuperação da MMX inclui Pau de Vinho entre os principais ativos da empresa.

A MMX tem entre seus ativos direitos de exploração assinados com a Companhia de Mineração Serra da Farofa (Cefar) e com a Musa. "A relevância dos direitos de exploração minerária decorrentes dos contratos celebrados com a Cefar e a Musa, de fundamental importância para a reestruturação da MMX Sudeste, somadas às participações estratégicas em terminais de carga, permitem à administração da recuperanda [MMX] e seus assessores projetar um processo de recuperação judicial bem sucedido", diz trecho do plano da MMX.

Pau de Vinho está situada em área vizinha à mina da MMX na região de Serra Azul (MG). E a área fazia parte dos planos de expansão da produção de minério de ferro da mineradora de Eike Batista antes de a empresa entrar em recuperação judicial, em outubro de 2014. Quando o contrato entre MMX e Usiminas foi assinado, em 2011, se previu que a MMX teria direito de explorar Pau de Vinho por 30 anos.

A mina, avaliou-se, tinha recursos para produzir 8 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Antes de entrar em recuperação, a MMX vinha produzindo cerca de 6 milhões de toneladas por ano, mas no ano passado, antes de recorrer à Justiça, a empresa paralisou suas atividades.

Uma fonte avaliou que seria difícil para a Musa obter no mercado as condições acertadas no contrato com a MMX neste momento de queda dos preços do minério. Pau de Vinho

poderia ser incluída em uma possível negociação de venda dos ativos da MMX na Serra Azul.

No mercado, fontes afirmam que a MMX negocia a venda de ativos minerais na Serra Azul com a trading Trafigura, que no ano passado assumiu o Porto Sudeste, que pertencia à MMX. A mineradora de Eike manteve uma participação minoritária no projeto do porto, que ainda não entrou em operação. MMX e Musa também discutem a distribuição de lucros no Terminal de Cargas de Sarzedo (MG), no qual são sócios.

FIESP revisa projeção do PIB em 2015 de 0,5% para -1,7%

25/03/2015 – Fonte: O Globo

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) revisou em baixa suas projeções e espera agora que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro recue 1,7% em 2015. A nova previsão é bem mais pessimista do que o aumento de 0,5% esperado antes. Segundo a entidade, a revisão reflete a piora dos fundamentos econômicos e choques negativos, como a crise na Petrobras e o ajuste fiscal.

Pelas novas projeções da Fiesp, a indústria deverá recuar 4,5%, ante avanço de 0,1% estimado antes. Essa queda deverá ser puxada por recuos estimados de 4,9% na indústria de transformação, de 5,1% na extrativa mineral, de 4,4% na construção civil e de 1,6% nos serviços industriais de utilidade pública. Para o PIB de serviços e da agropecuária, a Fiesp projeta queda de 0,5% e alta de 0,8%, respectivamente.

De acordo com a Fiesp, a crise na Petrobras deverá provocar o maior impacto negativo, de -0,9 ponto porcentual, no PIB de 2015. Esse choque será gerado por uma queda estimada de cerca de 30% nos investimentos da estatal neste ano. Já o ajuste fiscal implementado pelo governo para melhorar as contas públicas deverá impactar em -0,4 ponto porcentual o crescimento da economia brasileira em 2015.

Ainda entre os choques negativos, a Fiesp leva em consideração um impacto de -0,6 ponto porcentual referente ao aperto monetário e ao aumento de tarifas administradas. Além disso, a entidade prevê um choque negativo de 0,3 ponto porcentual como consequência do que chama de "herança estatística" do ano passado. Para o PIB do 4º trimestre de 2014, a Fiesp espera recuo de 0,3% em relação ao trimestre anterior.

A federação também revisou suas previsões para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), de queda de 1,5% para tobo de 8,4%. A entidade ponderou que as novas projeções não contemplam risco de racionamento de água e de energia elétrica e os efeitos das dificuldades de algumas construtoras sobre as obras de infraestrutura.

Confiança da indústria continua a diminuir em março

25/03/2015 – Fonte: Valor Econômico

A confiança dos empresários do setor industrial continua a se deteriorar de forma expressiva, de acordo com a sondagem mensal realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para eles, as condições presentes estão ruins e os próximos meses não devem melhorar.

Esse sentimento é sintetizado na queda de 8,2% do Índice de Confiança da Indústria (ICI), na medição prévia de março, para 76,2 pontos, ante fevereiro. Se confirmado esse recuo, o indicador terá atingido seu menor ponto desde fevereiro de 2009 (75,4), quando o país vivia os piores efeitos da crise financeira internacional. Se comparado ao mesmo período do ano passado, a queda é de 20,5%.

O resultado de março foi influenciado pela piora tanto das avaliações sobre o presente quanto das expectativas em relação aos meses seguintes: o Índice da Situação Atual (ISA) recua 9,0% em relação a fevereiro, atingindo 76,4 pontos, o menor nível desde janeiro de 2009 (75,6). Já o Índice de Expectativas (IE) cai 7,2%, alcançando 76,0 pontos, o menor nível desde março de 2009 (75,8).

A FGV também informou que a indústria está mais ociosa. O resultado preliminar do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) indica queda de 0,8 ponto percentual entre fevereiro e março, ao passar de 81,6% para 80,8%, o menor nível desde julho de 2009 (79,9%).

Para a prévia de março de 2015 foram consultadas 782 empresas entre os dias 03 e 19 deste mês. O resultado final da pesquisa será divulgado na próxima terça-feira, dia 31.

Setores menos produtivos seguram PIB

25/03/2015 – Fonte: Valor Econômico

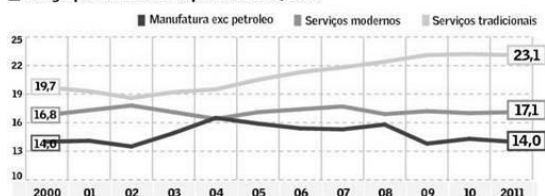
Quem é quem no PIB brasileiro

Participação % no valor adicionado (a valores correntes)

■ Classificação dos grupos de acordo com a produtividade média (VA por trabalhador) - 2000/2001



■ Por grupos de setores no período 2000/2011



Fonte: Contas Nacionais, com cálculos do autor (Nelson Marconi)

Nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (PIB) não apenas cresceu pouco, mas cresceu de um jeito "ruim". Entre os anos de 2005 e 2006, quando um conjunto de preços na economia estava no lugar e o mundo ajudava com crescimento e demanda por commodities, os seis setores de maior produtividade da economia brasileira ganharam participação na composição do PIB em relação ao começo daquela década.

A participação desse grupo no valor adicionado da economia brasileira passou de 27,6% no período 2000-2001, para 30,3%, enquanto segmentos menos produtivos perderam espaço.

A crise mundial e as políticas econômicas adotadas internamente impediram que segmentos mais eficientes mantivessem o lugar ocupado, e seu peso recuou para 27,3% entre 2010 e 2011, enquanto os setores de baixa produtividade - como comércio, alimentação e serviços pessoais - voltaram a responder por um terço da composição do PIB brasileiro, segundo estudo de Nelson Marconi, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EESP-FGV).

Para Marconi, o Brasil não está passando apenas por um processo de desindustrialização. O que ocorre no país vai além e pode ser classificado de "regressão produtiva". Há um

duplo movimento por trás dessa regressão: perda de espaço da indústria é mais forte nos setores tecnológicos, enquanto os segmentos de serviços que mais crescem são os mais tradicionais e menos modernos.

"Crescemos pouco e crescemos nos setores de baixa produtividade e que pagam menores salários", resume Marconi, cujo trabalho é um dos integrantes do livro "Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil", produzido pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, que reúne mais de 30 artigos e tem entre seus organizadores o atual ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e será lançado em abril.

Para Marconi, o modelo baseado na expansão do consumo levou o Brasil a essa situação. Esse modelo, diz, foi ancorado no aumento dos salários acima da produtividade, na valorização do câmbio, na expansão do crédito e na ampliação do gasto público.

"A premissa é que a expansão do consumo levaria a uma expansão dos investimentos e assim o crescimento se tornaria sustentável", pondera Marconi. Isso, diz ele, foi "verdadeiro" até a crise externa, mas começou a sofrer um pouco antes.

A partir de 2007/2008, uma das premissas do modelo já se mostrava frágil, pois a expansão da demanda passou a ser atendida pelos importados (favorecidos pelo câmbio valorizado). A concorrência levou o produtor nacional a comprimir margens e ficar sem fôlego para investir. Além de favorecer o consumo importado, o modelo favoreceu o setor de serviços.

Marconi trabalhou com os dados detalhados do PIB, que permitem identificar o peso de cada setor e subsetor na composição do crescimento da economia, o chamado valor adicionado. E ele fez os cálculos a partir de uma metodologia que considera o valor adicionado por trabalhador.

Para essa série ainda não existem os dados de 2012 em diante. Na próxima sexta-feira, o IBGE divulga a nova série do PIB para 2012 e 2013 e o dado de 2014, mas Marconi não vê sinais de reversão desse "crescimento pobre". Pelo contrário. Com base nos dados de emprego, ele acredita que os setores menos produtivos continuaram avançando mais.

Em sua análise, a desindustrialização brasileira começou na década de 80, mas se acentuou nos anos 2000. Ele lembra que nos países desenvolvidos (e seu estudo mostra essa evolução), a diminuição da participação relativa da manufatura no valor adicionado ocorreu quando a renda per capita se situava entre US\$ 10 mil e US\$ 15 mil.

No caso do Brasil e outros países da América Latina, ela veio antes, com renda menor. No caso brasileiro, os dados apontam que a reversão começou em meados da década de 70 com uma renda per capita próxima a US\$ 7,5 mil.

Para reverter o modelo que levou a essa situação, diz, é preciso mais que a desvalorização do real. Além desse elemento (importante para devolver rentabilidade ao exportador), ele vê outros sinais corretos de reversão da política anterior, como reajustes salariais mais contidos e política de crédito mais restritiva.

O problema, diz, é que a mudança passa pela retomada do investimento, cujo cenário não é promissor. Essa retomada dependerá "da demanda externa ou de novas concessões de infraestrutura", pois para abastecer o mercado interno há capacidade ociosa.

Sair da armadilha atual, reforça, requer mudar a estrutura produtiva no sentido de maior sofisticação, com aumento da participação dos setores de média-alta e alta tecnologia e dos serviços mais modernos, caminho que passa pelo aumento da produtividade.

Nos países desenvolvidos, pondera, o setor de serviços foi capaz de ocupar o espaço da manufatura como protagonista do crescimento. Mas os segmentos de serviços que cresceram nesses países foram design, marketing, software e logística, intrinsicamente ligados à indústria.

No Brasil, isso ainda não acontece - nem vai acontecer tão cedo, avalia Marconi - porque os serviços que crescem não são os que agregam valor à produção.

Investimento de empresas brasileiras no exterior cresce 1º Bimestre

25/03/2015 – Fonte: Valor Econômico

O investimento de empresas brasileiras no exterior (IBD) mostra forte crescimento no primeiro bimestre de 2015 em comparação com igual período do ano passado. Dados apresentados nesta terça-feira pelo Banco Central (BC) apontam investimentos de US\$ 5,572 bilhões no período, contra uma saída de capital de US\$ 447 milhões em igual período do ano passado.

O chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Fernando Rocha, chama atenção para a composição deste IBD, que leva em conta tanto a participação no capital, que é investimento propriamente dito, como os empréstimos intercompanhias, quando a filial no exterior capta e repassa recursos à matriz no Brasil.

No bimestre, a participação no capital subiu de US\$ 4,8 bilhões em 2014 para US\$ 7,8 bilhões, enquanto os empréstimos entre filial e matriz recuaram de US\$ 5,3 bilhões no ano passado para US\$ 2,2 bilhões em 2015. Em 2014, o IBD foi "negativo" em US\$ 3,54 bilhões, resultado de aportes de capital no exterior de US\$ 19,556 bilhões que foram menores do que os empréstimos intercompanhia de US\$ 23,1 bilhões.

Venda fraca amplia crise entre pequenos e médios fabricantes

25/03/2015 – Fonte: Valor Econômico

Sem nenhuma encomenda fechada este ano até agora, a fabricante catarinense de máquinas-ferramenta Blauth tem perspectiva de trabalhar por, no máximo, mais três meses. Passado esse período e sem novas vendas, a empresa deve demitir boa parte dos seus 76 funcionários e suspender as operações, para evitar um ciclo de endividamento que seria ainda mais prejudicial para a companhia familiar.

A Blauth não é uma exceção. Com realidades diferentes, mas não menos difíceis, diversos fabricantes de máquinas e equipamentos que conversaram com o Valor relataram os problemas enfrentados neste primeiro trimestre e as consequências para o restante do ano.

"O nosso segmento está morto", disse o diretor comercial da companhia, Emílio Henrique Blauth, sobrinho do fundador do grupo instalado em Criciúma (SC). O executivo conta que o faturamento da fabricante, já no ano passado, caiu 40% e ficou em R\$ 40 milhões. A empresa não arrisca fazer estimativas para este ano.

Um dos maiores problemas citados pela companhia é a aprovação de financiamento para a compra através da linha de crédito Finame do BNDES. Fora dessa linha, os recursos ficam bem mais caros e as vendas mais difíceis.

Além do custo do dinheiro, há neste momento um forte desaquecimento da economia. Essa combinação de dinheiro mais caro e falta de perspectivas afugentou os compradores. "Meus clientes ou estão com redução de jornada, ou férias coletivas.

Hoje a situação é a seguinte: se eu tentar vender meus produtos pela metade do preço, ainda assim ninguém compra", afirma o diretor. Os principais compradores da empresa são a indústria automobilística, os fabricantes de linha branca e a indústria metalúrgica em geral.

Nos últimos três anos, a indústria de base assistiu à uma queda real de 25% na receita e perdeu, apenas no ano passado, 13 mil trabalhadores do seu quadro de funcionários. Com o investimento no país em trajetória de queda e os anúncios do governo que resultaram em aumento de impostos e corte de benefícios, o pessimismo do empresariado se intensificou.

A desaceleração da indústria automobilística e de eletrodoméstico, grandes clientes dos fabricantes de máquinas, colocam em risco a continuidade das operações e manutenção do emprego.

Existem ainda casos como o da fabricante de válvulas Ascoval, que teve seu desempenho prejudicado pela Operação Lava-Jato, que investiga os casos de corrupção na Petrobras. As vendas no ano passado sofreram queda de 10%. As obras relacionadas à estatal, ainda que indiretamente, respondem por 25% a 30% dos negócios da companhia, que diz enfrentar problemas em contratos com empreiteiras.

Além disso, segundo Rafael Marcelino, analista de marketing da Ascoval, "os grandes usuários também deram uma parada". A expectativa para esse ano é de queda de 25% no faturamento. "Até onde estamos acompanhando, não vemos nenhum projeto em andamento. Os que foram iniciados no ano passado, foram paralisados."

Nos últimos três anos, a indústria de base assistiu à uma queda real de 25% no seu faturamento. Até mesmo a italiana Metal Work, fabricante de equipamentos pneumáticos que inaugurou no início deste mês uma fábrica em São Leopoldo (RS), está reavaliando o cenário.

Apesar de ainda manter uma previsão otimista de crescimento para 2015, está revisando para baixo essa estimativa. "Essa [a nova fábrica] foi uma decisão de quatro anos atrás, o cenário era um pouco diferente", diz Hernane Cauduro, presidente da companhia no Brasil.

No ano passado, a empresa teve faturamento de R\$ 30 milhões, crescimento de 2% em relação ao ano anterior. Questionada sobre as expectativas para 2015, Cauduro estimou um índice de crescimento de 20%, mas logo completou "porém a situação que vem se mostrando já está nos preocupando e devemos revisá-lo na metade do ano". Apesar da recessão da indústria em geral, alguns segmentos ajudam a empresa, como o de máquinas e incrementos agrícolas.

A empresa espera ainda que sejam retomados os investimentos represados na área de infraestrutura. "Esperamos que o Brasil não pare de investir em estradas e em geração de energia elétrica."

A Metal Work começou operando a nova fábrica com 80% da capacidade instalada e com carteira de pedidos para 45 dias. "Depois disso, nossa perspectiva é incerta diante de tudo o que está acontecendo", afirma o presidente.

É consenso entre os empresários que a economia necessita de ajustes que resultem na retomada de confiança do investidor. O problema, dizem os executivos, é a qualidade desse ajuste. "Aumentar imposto para a indústria é um erro", afirma um empresário, que defende que o corte seja feito na máquina do governo.

"Não podemos ser competitivos se nossos produtos ficam uma semana no aeroporto para desembarço. Não temos coragem de lançar um produto novo porque isso exige R\$ 2 milhões ou R\$ 3 milhões que não temos em caixa.

Enquanto isso, nossos concorrentes no exterior continuam inovando" relata um empresário que falou sob condição de anonimato. Segundo ele, sua empresa, do segmento de tornos, já demitiu uma parcela expressiva de funcionários e tem quedas no faturamento da ordem de 10% a 12% por ano.

Indústria chinesa tem pior desempenho em 11 meses

25/03/2015 – Fonte: Valor Econômico

Um indicador da atividade industrial chinesa caiu à mínima de 11 meses em fevereiro, sugerindo que pode ser necessário mais estímulo para impulsionar a produção fabril na segunda maior economia do mundo.

O Índice dos Gerentes de Compras (PMI) medido pela Markit Economics ficou em 49,2 pontos em leitura preliminar para o mês, abaixo da estimativa média de 50,5 pontos de analistas. Números abaixo de 50 indicam contração da atividade.

A primeira leitura da atividade em março aumenta as preocupações sobre o crescimento do país no primeiro trimestre, após dados sobre produção industrial, vendas no varejo e investimento terem ficado aquém as expectativas.

Ontem, porém, o Banco de Desenvolvimento da Ásia afirmou que a economia chinesa deve crescer ao menos 7% nos próximos dois anos. Uma boa notícia, se confirmada, uma vez que o Fundo Monetário Internacional previu uma desaceleração a 6,5% até 2016.